PROCESSO Nº TST - IncJulGRREmbRep - 1086-51.2012.5.15.0031

Embargante: **FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO - EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP**

Embargados: **TIAGO MARTINS BRAGA, FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO - EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP, SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO À CRIANÇA AO ADOLESCENTE E À FAMÍLIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI, FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE e SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E EMPREGADOS CELETISTAS NAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI, DO ESTADO DE SÃO PAULO - SITSESP**

RELATOR: MINISTRO HUGO CARLOS SCHEUERMANN

REDATOR DESIGNADO: MINISTRO ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

GP/EMP/anp

JUSTIFICATIVA DE VOTO CONVERGENTE

O Tribunal Superior do Trabalho, na sessão realizada em 22/08/2022, concluiu o julgamento do processo em questão, por maioria, acompanhou o voto divergente apresentado pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, decidiu, por maioria, aprovar tese jurídica para o Tema Repetitivo nº 8, de observância obrigatória (arts. 896-C da CLT e 927, III, do CPC e 3º, XXIII, da IN 39/2015 do TST), enunciada com o seguinte teor: "*O Agente de Apoio Socioeducativo da Fundação Casa não tem direito ao adicional de insalubridade, em razão do local da prestação de serviços, na medida em que o eventual risco de contato com adolescentes que possuem doenças infectocontagiosas não ocorre no estabelecimento cuja atividade é a tutela de adolescentes em conflito com a lei e não se trata de estabelecimento destinado aos cuidados da saúde humana*", ocasião em

PROCESSO N° TST-ED-RO-612100-24.1998.5.09.0909

que ficaram vencidos os Ministros Hugo Carlos Scheuermann, Relator, Cláudio Mascarenhas Brandão, Revisor, Lelio Bentes Corrêa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Maria Helena Mallmann, Alberto Bastos Balazeiro, Mauricio José Godinho Delgado e Kátia Magalhães Arruda.

A discussão travada naquela sessão versava em saber se o adicional de insalubridade pode ser enquadrado na atividade exercida pelo Reclamante – contato com menores infratores em cumprimento de medidas socioeducativas em unidades de internação – nas hipóteses descritas na NR-15, Anexo 14, da Portaria MTb n.º 3.214/78, para fins do respectivo recebimento.

Com efeito, penso que não se pode considerar que o trabalho nas referidas unidades socioeducativas possa ser equiparado àquele desempenhado em estabelecimentos destinados aos cuidados com a saúde humana, como clínicas e hospitais. Assim, a despeito do laudo pericial registrar a exposição do Autor a doenças infectocontagiosas, não se vislumbra o alegado enquadramento no Anexo 14 da NR-15 da Portaria MTE n.º 3.214/78.

Fixadas essas premissas, concluo que é de se definir a questão nos termos do disposto do item I da Súmula 448 do TST, o qual consagra o entendimento de que *"não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho"*.

Neste sentido, há precedente de minha relatoria na 1ª Turma, a saber, o AIRR - 113200-10.2009.5.02.0318 (DeJT de 17/05/2018).

Assim, não há de se falar, portanto, em pagamento do adicional de insalubridade pelo exercício das atividades em questão.

PROCESSO N° TST-ED-RO-612100-24.1998.5.09.0909

Por tais fundamentos acompanhei, assim, o voto divergente apresentado pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga.

Brasília, 15 de setembro de 2022.

EMMANOEL PEREIRA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho